

## Nabor condena idéia de alterar representação

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) condenou sexta-feira a tentativa de redução do número mínimo de deputados federais, dos oito atuais para quatro, conforme proposta de emenda constitucional aprovada esta semana pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A proposta do deputado José Genoíno, na opinião do senador, dará hegemonia política aos estados do Sudeste.

Nabor também protestou contra outra emenda constitucional aprovada naquela comissão que estabelece o princípio eleitoral do voto distrital misto. A combinação das duas propostas resulta em privilégio na representação política dos grandes estados, segundo ele.

A principal crítica ao número mínimo de oito deputados é a de que o voto do eleitor acreano, por exemplo, vale 35 vezes mais que o de um eleitor paulista, disse o senador. No entanto, frisou, omite-se que as dificuldades para somar 30 mil votos nos estados da região amazônica e 400 mil nos estados do Sudeste e do Sul são iguais, dada a extrema dispersão do eleitorado nas regiões Norte e Nordeste.

Quanto ao princípio do voto distrital misto, Nabor Júnior acentuou que ele é inadequado para os estados cujo eleitorado é menor e disperso.



Nabor Júnior



Sob o olhar de Arruda, Kandir entrega a Sarney a proposta orçamentária para 1997

## Acordo prevê Orçamento realista e sem cortes em 97

*Congresso vai apreciar proposta até o fim do ano. Governo, em contrapartida, promete não contingenciar o que for aprovado*

### Violência institucionalizada no País preocupa Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PT-DF) denunciou sexta-feira a violência institucionalizada na sociedade brasileira, lembrando que o tema é o mais debatido no Senado, mesmo sendo imperceptível quando são discutidos assuntos como dívida pública, aposentadorias e dívida externa.

No seu entender, essa violência institucionalizada "transforma o próximo - a nossa parte social - em um adversário, um suspeito, porque nossa consciência social dessa violência foi amortecida pela rotina".

- Falamos de violência quando tratamos da distribuição de renda, em que 10% se apropriam de 60% da ren-

da nacional; quando falamos dos 30 milhões de brasileiros analfabetos e dos mais de 11 milhões sem direito às mínimas condições de moradia.

Lauro disse que o Senado trata de violência quando alude às 500 mil crianças de 10 a 15 anos que são prostituídas no Brasil e usadas como atrativo para o turismo sexual. Ele destacou também a violência do desemprego no País.

O senador entende que é em consequência de um processo histórico que se criou no País uma economia subterrânea, onde as drogas, o terror, a prostituição e a violência gratuita constituem um preocupante "canteiro de obras".



Lauro Campos

**Fogaça apóia exportações sem o ICMS**

Página 4

O Congresso pretende apreciar e aprovar o Orçamento até o final deste ano, evitando ao máximo as emendas individuais. O governo, em contrapartida, comprometeu-se a executar a lei orçamentária de 1997 na forma como for aprovada. O entendimento foi anunciado sexta-feira pelo presidente do Congresso, José Sarney, ao receber das mãos do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, a proposta para o próximo ano.

Ao discursar no plenário, o líder do governo, José Roberto Arruda, frisou que o presidente Fernando Henrique Cardoso deseja que o novo Orçamento seja efetivamente cumprido, sem cortes nem contingenciamentos. O tema foi abordado também pelos senadores José Fogaça, Edison Lobão, Bernardo Cabral e Waldeck Ornelas. **Pág. 3**

# Cabral quer a Amazônia sob controle

Senador sugere operação conjunta do Exército, Polícia Federal e órgãos de fiscalização para o desmonte do tráfico de drogas e da ação ilegal de madeiras asiáticas na região



Waldeck Ornelas

## Waldeck busca maior intercâmbio com os japoneses

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) sugeriu sexta-feira que os poderes Executivo e Legislativo, juntamente com os meios empresarial e cultural, e a participação destacada do Itamaraty, organizem um comitê executivo destinado a promover a amizade e a cooperação entre os povos do Brasil e do Japão para, depois, estabelecer mecanismos de ação política, promoção econômica e difusão cultural e turística.

Ele destacou que, atualmente, os descendentes japoneses somam 1,5 milhão de brasileiros, e que há 170 mil *dekasseguis* - brasileiros descendentes de japoneses que vivem no Japão.

Ornelas lembrou que o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu, nos últimos dez anos, de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 6,4 bilhões. Ele registrou que no momento estão em estudo 70 projetos por empresas japonesas no Brasil e comentou a expectativa de uma visita do Imperador Aikyto no próximo ano.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sugeriu na sexta-feira o aval do Congresso para que as Forças Armadas, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ibama desencadeiem uma operação de controle das rotas terrestres e fluviais do tráfico internacional de drogas na Amazônia.

Cabral afirmou que os críticos do Projeto Calha Norte tinham o objetivo de impedir o combate ao narcotráfico e ao contrabando na região amazônica. Segundo ele, a depredação da floresta naquela região começa a ecoar no País inteiro e, se não houver uma ação imediata do governo, pode acontecer o que houve nas florestas asiáticas.

Ele informou que a Polícia Federal tem atualmente apenas

105 homens do efetivo básico que deveria manter na região. O Ibama conta com 160 agentes para cuidar de 1,5 mil quilômetros quadrados, e, apesar da participação de 1.000 homens do Exército, o número não é suficiente para fiscalizar toda a fronteira, acentuou.

Cabral destacou reportagem da revista *Manchete*, sob o título "Vende-se Floresta", na qual a publicação denuncia que o Amazonas está sendo saqueado pela máfia das madeiras, especialmente asiáticas. Ainda de acordo com as informações, há trabalhadores em regime de escravidão e ameaças de morte porque, conforme a revista, "quem mexeu nesse vespeiro amazônico" provocou a ira do cartel da madeira.



Bernardo Cabral



Sebastião Rocha

## Para Rocha, o Amapá foi discriminado

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) protestou sexta-feira contra a exclusão do Amapá do Plano de Metas do governo. "Estamos isolados do resto do País", afirmou.

Segundo o senador, pelo menos o projeto Ponteão Tucuruí, na margem esquerda do Amazonas, e a rodovia BR-156, que liga o Brasil à Guiana Francesa, deveriam ter sido contemplados no plano.

Sebastião Rocha também abordou a situação salarial dos servidores federais, afirmando que "não é mais possível aceitar que o governo federal (o Ministério da Administração) faça vistas grossas e não admita a necessidade de conceder um reajuste ou, pelo menos, a reposição das perdas salariais que os servidores reivindicam desde o começo do ano.

## Amorim pede compensação pelo efeito do pacote ecológico

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) afirmou sexta-feira que o governo deve adotar providências para o desenvolvimento da Amazônia, se quiser que a medida provisória que reduziu para 20% as áreas passíveis de exploração "tenha o acatamento dos brasileiros" da região.

Entre essas providências "compensatórias", o senador citou programas de financiamento, com taxas de juros que estimulem a tomada de empréstimos para o aproveitamento integral da exploração florestal da região, através da implantação de pólos moveleiros, e para a utiliza-

ção das áreas encapoeiradas que, a seu ver, poderiam ser incorporadas à produção, sem novos desmatamentos.

Sugeriu, ainda, o fortalecimento das instituições federais que atuam na Amazônia e programas de infraestrutura física e social.

Segundo Amorim, a medida provisória é uma "camisa-de-força", pois impede que as pessoas trabalhem na região. "O governo não procurou viabilizar meios para a ocupação e o trabalho de pessoas que vivem do desmatamento. Não colocou à disposição da região condições para que a população sobrevivesse", frisou.



Ernandes Amorim

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h30 - Abertura do Seminário Internacional sobre Finanças Públicas

11h - Despachos internos

14h30 - Preside Sessão não deliberativa do Senado

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

## Voto de pesar pela morte da atriz Dulcina

Em nome da bancada do Distrito Federal na Casa, o senador José Roberto Arruda (PSDB) comunicou que ele e os senadores Valmir Campelo (PTB) e Lauro Campos (PT) apresentaram requerimento à Mesa Diretora solicitando voto de pesar do Senado pelo falecimento da atriz Dulcina de Moraes.

# Acordo altera apreciação e execução do Orçamento

*Congresso deve votar proposta até o final do ano. Governo, em contrapartida, promete executar o que for aprovado, sem cortes*

Ao receber sexta-feira das mãos do ministro do Planejamento, Antonio Kandir, a proposta orçamentária da União para 97, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou a conclusão de um entendimento com o governo em torno de dois compromissos que considerou importantes para dar à execução do Orçamento o realismo e a credibilidade que havia perdido com a escalada inflacionária.

Segundo ele, o Congresso

*Ministro do Planejamento traz o projeto ao Congresso*

pretende apreciar e aprovar a lei de Orçamento até o final deste ano, promovendo audiências públicas nos estados e evitando ao máximo as emendas individuais. O governo, por sua vez, comprometeu-se a executar o Orçamento tal como for aprovado pelo Legislativo, sem cortes ou contingenciamentos.

De acordo com o ministro do Planejamento, a proposta orçamentária para 97 prevê um superávit primário superior aos de 95 e 96, tendo sido fixado em

0,80% do Produto Interno Bruto. Kandir anunciou um total de R\$ 22 bilhões para investimentos e garantiu que o Orçamento do próximo ano será "realista" e instrumento para promover um maior crescimento econômico sustentado.

Ao lado do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, o senador Sarney destacou o esforço do Legislativo para aprimorar a qualidade do trabalho da Comissão Mista de Orçamento.

Sarney garantiu a Kandir que o Congresso cumprirá suas obrigações constitucionais em relação ao Orçamento.

## "Uma nova cultura predomina no Legislativo"

Uma nova cultura começa a predominar no Congresso, permitindo ao País ter um Orçamento realista, votado dentro do prazo e da obrigação parlamentar para com o povo. O ponto de vista foi exposto em plenário pelo senador José Sarney, ao comunicar o recebimento da proposta para 1997.

Samey elogiou a colaboração do senador José Fogaça (PMDB-RS) na reestruturação

da Comissão Mista de Orçamento. Fogaça, por sua vez, registrou que o mérito dessa realidade orçamentária é sobretudo do presidente do Senado, que, assinalou, trabalhou tenazmente para mudar a forma como o Legislativo tratava o Orçamento.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou o tempo em que a lei orçamentária era "negligenciada" pelo Executivo e

pelo Legislativo, quando o exame do Congresso sobre a matéria passava, "ilegal e inconstitucionalmente", de um ano para outro. "Essa prática deletéria foi interrompida", frisou Lobão.

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Waldeck Ornelas (PFL-BA) também louvaram os novos tempos vividos pelo Legislativo e pelo Executivo no exame da lei orçamentária.



José Roberto Arruda

## Líder crê em desenvolvimento sustentável

O Orçamento Geral da União para 1997 aponta para uma nova fase do plano de estabilização, o da indução de um desenvolvimento sustentável, afirmou sexta-feira o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Elaborado após o processo de planejamento que culminou com o Plano de Metas, o Orçamento prevê um aumento real de investimentos da ordem de 6%, disse.

O senador destacou também que "o presidente Fernando Henrique Cardoso deseja que esta proposta seja efetivamente cumprida, sem cortes nem contingenciamentos".

O Executivo cumpriu o prazo de entrega da peça orçamentária ao Congresso Nacional, frisou, o que permitirá a discussão aprofundada e a votação do Orçamento pelo plenário do Congresso até o dia 31 de dezembro, como prevê a Constituição. Esta é a disposição do deputado Sarney Filho, presidente da Comissão Mista do Orçamento, e do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator da matéria, afirmou Arruda.

Na opinião do líder do governo, tudo isso demonstra um contínuo e rápido amadurecimento político do País, que passa a ter não mais uma ficção, mas uma peça orçamentária realista, "que sinaliza não só para a contenção dos gastos públicos, mas também para um aumento real dos investimentos".

## Odacir prevê superação de carências de energia com novo projeto de gás natural

O senador Odacir Soares (PFL-RO) previu a superação das carências de energia da região Norte com o projeto "Gás Natural de Uruçu". Odacir citou dados fornecidos pela Eletronorte informando que a geração de eletricidade com o aproveitamento de gás natural garante atendimento à demanda de 1996 até o ano 2010, ao contrário das hidrelétricas, que projetam

esse atendimento somente até o ano 2004.

Ele disse ainda que, ao lado dos recursos destinados ao gás natural, contidos no plano de metas "Brasil em Ação", o governo pretende pavimentar a BR-174 e implantar a Hidrovia da Madeira, além de realizar outras obras na Amazônia.



Odacir Soares

"Para que tal esperança não se converta em frustração, disponho-me a exercer ao lado da bancada do Norte e do Centro-Oeste, uma vigilância constante sobre o

Executivo, estimulando-o a levar a cabo os empreendimentos anunciados no plano", acrescentou.



# Estados não perdem com estímulo às exportações, garante Fogaça

*Para senador, é preciso levar em conta aumento da produção, com geração de empregos e crescimento da receita tributária*

O senador José Fogaça (PMDB-RS) considerou "aparente" a perda que os estados e municípios terão - de aproximadamente R\$ 4 bilhões no próximo ano - em decorrência do projeto de iniciativa do governo que isenta de ICMS os produtos semi-elaborados destinados a exportação. Ele previu que essa perda será compensada pelo estímulo a uma maior



José Fogaça

produção, com reflexos na geração de empregos e de impostos.

Além disso, a proposta estabelece uma forma de compensação baseada no desempenho das exportações de cada estado. Deste modo, São Paulo receberá, entre 1996 e 1997, R\$ 985 milhões; Minas Gerais, R\$ 432 milhões; Paraná, R\$ 352 milhões; Rio Grande do Sul, R\$ 312 mi-

lhões, e o Rio de Janeiro, R\$ 291 milhões.

Conforme o senador, a defasagem cambial, de 18 a 25% do real em relação ao dólar, será superada através dos incentivos ao crescimento das exportações.

O senador considera que a isenção do ICMS para produtos de exportação significa "uma verdadeira revolução dentro dos padrões cambiais da social democracia, que vinham sendo praticados há pelo menos 50 anos".



Valmir Campelo

## Valmir sugere piso salarial de R\$ 1.500 para os professores

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou sexta-feira que "uma proposta decente de piso salarial para professores da rede pública não pode ser inferior a R\$ 1.500,00". Segundo o senador, "além do grande alarde em torno da possibilidade de melhoria dos salários dos professores, que poderiam vir a ter um salário médio de R\$ 300,00, providências como essa apenas empurram o problema da baixa remuneração dos professores para o futuro".

Para Valmir Campelo, reverter o atual quadro do ensino brasileiro vai além das iniciativas de se criarem campanhas específicas ou fundos de efeitos paliativos e alcance limitado. No seu entender, é preciso, antes de mais nada, pensar com grandeza e ter a necessária coragem de buscar soluções definitivas.

## Votação do projeto está prevista para a sessão do dia 11

O Senado deverá votar no próximo dia 11 o projeto do governo que isenta da cobrança de ICMS as exportações de produtos semi-elaborados, matéria já aprovada pela Câmara dos Deputados. A informação foi transmitida sexta-feira pelo presidente do Senado, José Sarney.

No seu entender, essa medida é "uma necessidade para a sobrevivência do Plano Real, já que uma certa defasagem cambial está reduzindo as exportações brasileiras".

## Projeto enviado à Câmara amplia estágio profissional

Foi encaminhado sexta-feira à Câmara dos Deputados o projeto que amplia para os estudantes do ensino fundamental e de primeiro grau, maiores de 12 anos, o estágio em empresas privadas e órgãos de governo. A proposição, de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT), foi aprovada quinta-feira pelo plenário do Senado. Pela atual legislação, apenas os estudantes de universidades, de escolas profissionalizantes e de ensino especial têm direito a fazer estágios.



Júlio Campos

Conforme Campos, a mudança da lei será de grande importância para as entidades que trabalham com adolescentes, permitindo que eles sejam preparados para o ingresso no trabalho. Depois

de lembrar que o projeto cria restrições para evitar o aproveitamento inescrupuloso do trabalho de adolescentes, o senador afirmou que a sua iniciativa ajudará a evitar que jovens acabem praticando atividades ilegais por causa da falta de oportunidades de trabalho.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, ERNANDES AMORIM, WALDECK ORNELAS, JOSÉ FOGAÇA, EDISON LOBÃO E SEBASTIÃO ROCHA

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna  
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal